

Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um "legado"

Luciana Quillet Heymann*

Comemorações, acervos e instituições

Assistimos, por ocasião da passagem do cinquentenário do suicídio de Getúlio Vargas, a uma enxurrada de eventos dedicados a homenageá-lo, a revisitar a Era Vargas e a analisar o seu legado. Inúmeras instituições estiveram envolvidas nas comemorações¹, quer abrigando ou promovendo eventos, quer produzindo e fornecendo conteúdo para os diversos produtos que foram veiculados, quer, ainda, inaugurando obras e monumentos em homenagem a Vargas.² Livros e biografias ensejaram lançamentos e relançamentos que agitaram o mercado editorial. Cadernos especiais em jornais de grande circulação, matérias volumosas em revistas semanais e edições especiais de revistas de divulgação histórica circularam amplamente em bancas de jornais, sem contar os programas especiais veiculados na TV por assinatura e os

** Pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e doutoranda do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

¹ Estou utilizando a palavra "comemoração" na acepção que remete ao ato de recordar, valendo-me do sentido consignado no Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa: "ato ou efeito de comemorar, de trazer à lembrança; memoração. Cerimônia, solenidade ou festa em que se faz tal evocação".

² Apenas na cidade do Rio de Janeiro, registraram-se os seguintes eventos: o BNDES, nos dias 19 de abril (data do aniversário de Vargas), 19 de junho e 25 de outubro, promoveu o seminário "Vargas e o Projeto de Desenvolvimento Nacional". Nos dias 3, 10 e 17 de agosto, a CBN, o CPDOC/FGV e o Museu da República promoveram o ciclo de debates "Vargas: 50 anos depois", no Museu, por sugestão da CBN, que transmitiu os debates. No dia 28 de julho, no auditório do jornal *O Globo*, dentro do Ciclo Vargas, ocorreu um debate sobre o filme *Olga*; no dia 18 de agosto, o tema foi "O legado de Getúlio – O que restou da era que mudou a história do país?" e no dia 3 de setembro, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso proferiu a palestra "O legado da Era Vargas – lições para o futuro". No dia 23 de agosto, no Museu da República, ocorreu o seminário "Um tiro que atravessou a história – Getúlio Vargas 50 anos depois", promovido pelo Jornal do Brasil. Nesse mesmo dia, a ABI – Associação Brasileira de Imprensa promoveu o debate "Vargas: olhares da imprensa". Nos dias 23 e 25 de agosto, a UFRJ promoveu o seminário "O legado de Vargas em debate". Nos dias 25, 26 e 27 de agosto, o Museu da República abrigou outro seminário, "Revisitando a Era Vargas", promovido pelo Museu, Fundação Perseu Abramo e CPDOC/FGV.

No dia 19 de abril o BNDES inaugurou uma exposição sobre Vargas. No dia 24 de agosto foram inaugurados uma exposição no Museu da República e o Memorial Getúlio Vargas. No dia 25 de outubro, seria inaugurado o monumento a Vargas no BNDES.

debates promovidos em programas da TV aberta. No mês de agosto, a sensação era de que Vargas tornara-se tema obrigatório, pauta jornalística e baliza para os debates da atualidade.

As datas comemorativas, no entanto, não são dotadas de valor intrínseco, nem encontram sua justificativa no passado. Seu significado é fruto de atribuição de valor ao evento ou pessoa que se está recordando, remete aos imperativos do presente e ao lugar ocupado pelos agentes que comemoram. Outras dimensões importantes dizem respeito à forma escolhida para a comemoração, às justificativas que as acompanham, bem como aos seus efeitos, pretendidos ou não. No contexto desse cinquentenário, Marieta de Moraes Ferreira³ chamou atenção para o fato das comemorações terem se concentrado no segundo governo (1951-1954). Para além de uma relação mais óbvia entre o suicídio e a crise de 1954, a ênfase se explicaria pelo fato desse período ter sido caracterizado como de conciliação entre crescimento econômico, ampliação do mercado de trabalho e funcionamento das instituições democráticas, uma combinação de fatores que encontra ressonância nos tempos atuais, inspirando manifestações nostálgicas por parte de alguns, prontamente respondidas com observações sobre o anacronismo do modelo para o Brasil de hoje, por parte de outros. É bom lembrar que essa caracterização do período também é informada por um determinado olhar sobre o passado, que seleciona e interpreta, enfatizando as rupturas com o primeiro governo e reforçando uma leitura do personagem que o dissocia do autoritarismo estadonovista.

No centro de meus interesses de pesquisa estão, exatamente, as dinâmicas que operam no campo da memória social, em especial os mecanismos que conferem legitimidade às ações empreendidas em nome da memória. Dentro desse marco, ganham relevo as disputas que nele se desenrolam, quer do ponto de vista da prevalência de uma determinada leitura sobre o passado – questão da disputa em torno de versões concorrentes - quer do ponto de vista do monopólio do direito de falar sobre o passado – questão dos capitais diferenciados de que são dotados os agentes para falar em nome da “verdade” ou da “memória” históricas.

Nesse trabalho, de caráter exploratório, buscarei qualificar dimensões da produção do *legado* memorial de Getúlio Vargas, enfocando instituições que atuam na gestão e divulgação da sua memória. Nenhum personagem, no Brasil, parece ter merecido tanto investimento nessa direção como o ex-presidente e as comemorações

³ “A memória em disputa”. *O Globo*, 23/08/2004.

pelos cinquenta anos de sua morte apenas confirmam a variedade de apropriações que sua memória tem propiciado.

Inicialmente, é importante definir em que sentido estou utilizando o termo *legado*, principalmente porque, não exclusivamente, mas especialmente no caso de Vargas, o termo é geralmente dotado de um conteúdo auto-explicativo, que remete aos princípios que nortearam sua ação política e às realizações que marcaram os dois períodos em que esteve à frente do governo, consideradas decisivas na configuração do estado brasileiro. Seja carregado de um sinal positivo, que associa o legado a conquistas da classe trabalhadora e à industrialização, seja carregado de um sinal negativo, que o associa ao pensamento autoritário e a uma intervenção estatal exagerada na vida econômica do país, o legado entendido como o impacto da atuação de Vargas na vida nacional continua mobilizando estudiosos e inspirando políticos, que ora buscam associar a sua própria imagem à herança varguista, ora se posicionam como os protagonistas da sua derrocada.

Para além dessa dimensão do legado, mais substantiva, associada à herança social e política que o período Vargas teria deixado às gerações futuras, encontra-se a que estou buscando iluminar e que mantém com a primeira uma relação de alimentação recíproca. Refiro-me ao investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., ao trabalho social de produção da memória de Vargas e de sua identificação à memória histórica do país; à constante atualização e resignificação do “legado varguista”.

Essa outra dimensão, produto da ação dos “herdeiros” ou “guardiães” da memória de Vargas, alimenta-se dos documentos, testemunhos, análises e comemorações relativos ao que se convencionou chamar Era Vargas, ao mesmo tempo em que alimenta as ações de preservação e divulgação dessa memória, fomenta a criação de espaços e a realização de eventos dedicados ao personagem, bem como a produção acadêmica e de divulgação que tome o período ou a trajetória de Vargas como tema. A produção de um *legado* implica na atualização constante do conteúdo que lhe é atribuído, bem como na afirmação da importância de sua rememoração.

A morte tem um papel importante na construção da idéia de um legado, na medida em que ela é, ao mesmo tempo, fim de um percurso e condição de consolidação de uma finalidade, um sentido, para esse percurso. Com a morte, especialmente a morte heróica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada

pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, àquela marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico. O suicídio de Getúlio é emblemático do ponto de vista de uma morte a qual associou-se o atributo da heroicidade, já que a interpretação do gesto aproximou-o do sacrifício pessoal perpetrado para solucionar a crise que assolava o país.

Segundo especialistas, ao suicidar-se, Getúlio teria dado um “golpe de mestre”, conseguindo reverter a situação política e calar a oposição que fechava o cerco a sua volta. Além disso, teria contribuído, decisivamente, para a produção do “mito Vargas”, na medida em que teria criado as condições de redefinição de sua própria história, obrigatoriamente avaliada, a partir de então, sob a ótica da grandeza e da tragédia desse momento. Minha análise parte, porém, de um outro ponto de observação. Não pretendo conferir ao suicídio o poder de definição de um destino único e inequívoco para a memória de Vargas. Acredito que, para além da relevância da trajetória e da dramaticidade de seu desfecho, um intenso trabalho de produção e atualização da memória de Vargas tem sido desenvolvido e, nesse sentido, mais interessante do que atribuir-lhe o protagonismo do seu futuro é perceber, como sugere Renato Lessa, que “ao sair da vida e entrar na História, Getúlio Vargas perde a titularidade sobre o seu próprio significado como ator.”⁴

Essa ênfase analítica nas apropriações posteriores da memória de Vargas não pretende negar o trabalho desenvolvido pelo próprio titular no sentido da produção de uma memória que sobrevivesse a sua morte. Essa perspectiva deve ser considerada ao observarmos seu interesse na constituição de um arquivo pessoal⁵ – germe da fundação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas – e na produção de um diário cujo destino parecia ser o espaço público⁶. De fato, apenas a carta-testamento (não estou me atendo à

⁴ “Dois legados que mudaram o país”. *O Globo*, Caderno Especial, 22/08/2004.

⁵ No artigo “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller” (Heymann, 1997), analiso a produção da memória individual por meio da constituição de arquivos pessoais.

⁶ Os 13 cadernos manuscritos que compõem o diário de Getúlio Vargas, escritos entre 3 outubro de 1930 (data do início da Revolução de 30) e setembro de 1942, foram editados e publicados em dois volumes, em 1995. A data do início das anotações sugere uma consciência histórica sobre os acontecimentos que sabemos impossível, remetendo à questão da invenção de um marco para o início de sua trajetória. Nos diários de Getúlio não existe lugar para o que aconteceu antes de 1930, para sua juventude e para sua atuação como deputado federal, ministro da Fazenda e presidente do Rio Grande do Sul. Getúlio propõe uma história de vida que começa em 1930 e que aí encontra o seu significado. A publicação resultou da decisão de sua neta, Celina Vargas do Amaral Peixoto que, na apresentação da obra, explica-se: “Li, reli e convenci-me, nas entrelinhas, de que, uma vez que Getúlio não gostava de se explicar, caberia a um

questão da autoria da carta que passou à história com esse título, mas ao fato de ter produzido, ao longo de sua vida, mais de uma carta com esse caráter⁷) seria suficiente para perscrutar, em Getúlio, as intenções de um “agente mediador” (Chagas, 2003), que pretendia atuar como elo de sentido entre o acontecimento e a posteridade, um intérprete, para as gerações futuras, das circunstâncias, motivações e justificativas dos seus atos.

No entanto, a produção de um legado, tal como o estou definindo, depende, para além da intenção do indivíduo ao qual se associa, da ação de sujeitos que expressem a “necessidade” de recuperá-lo, que sejam os porta-vozes do risco do esquecimento, da “dívida” com a memória desse personagem e da importância dessa recuperação para a “memória nacional”, categoria na qual cumpre incluir o legado e os objetos que o simbolizam. São elementos fundamentais nesses processos o lugar ocupado por esses sujeitos e os recursos e adesões que consigam mobilizar a partir de suas estratégias discursivas e políticas, que incluem a valorização desse resgate para a pesquisa, a idéia de homenagem ou de preservação de ideais cívicos e políticos, as redes de relações desses agentes e seus contatos nas esferas acadêmica e governamental, bem como junto a agências de financiamento.

Nesse processo, os acervos documentais e o capital de testemunho de que são investidos ocupam um lugar central, bem como os acervos museológicos e os atributos de autenticidade que conferem às peças sua força simbólica. Se é verdade que outros elementos contribuem para a construção de um discurso sobre a trajetória e a imagem de um personagem, como é o caso de cronologias, biografias e obras analíticas, não se deve desprezar o valor atribuído a arquivos e objetos pessoais. No caso da fundação de lugares de memória consagrados ao legado de um personagem, a existência ou a capacidade de constituição de acervos é fundamental, já que esses funcionam como manifestação material do legado. A legitimidade desses lugares dentro do campo de instituições de memória depende, em grande parte, de sua capacidade de abrigar acervo, de reunir peças ou documentos inéditos ou, ao menos, de produzir um discurso convincente, percebido como fidedigno, na apresentação do personagem e sua

público maior interpretá-lo.” Não deixa de ser significativo que essa apresentação seja datada de 24 de agosto de 1995.

⁷ Getúlio Vargas escreveu três cartas utilizando a própria vida como trunfo em crises políticas, das quais parecia não admitir sair como derrotado: em agosto de 1932 (no início da Revolução Constitucionalista), em abril de 1945 (dias antes do fim do Estado Novo) e em agosto de 1954.

trajetória. Dependendo do tipo de instituição, de sua vocação e objetivos, maior ou menor o espaço a ser preenchido com os acervos.

No caso de homens públicos com atuação no cenário político, o investimento bastante recorrente na acumulação de arquivos pessoais constitui ponto de partida importante para os processos de construção de legados. Ainda que a questão do valor probatório de alguns documentos não seja desprezível, especialmente em se tratando de indivíduos constantemente colocados sob os holofotes da opinião pública, da imprensa e até mesmo da justiça, a dimensão memorial - que ganha densidade quanto mais longa a vida pública do titular e quanto maior a relevância atribuída à sua trajetória -, parece inspirar a ação acumuladora que muitos homens públicos manifestam.⁸ Sair da vida e entrar na história está longe de ser a aspiração de um espírito idiossincrático e um dos mecanismos capazes de operar essa passagem é a doação de um arquivo pessoal a uma instituição de memória ou a fundação de uma instituição voltada para sua preservação e divulgação.

É importante atentar, aqui, para o papel das famílias no processo de constituição e de monumentalização do arquivo de um ancestral. Não é raro que filhos ou netos se encarreguem de agrupar ou mesmo de organizar – realizando seleções, muitas vezes – os documentos deixados por seus pais e avós, com vistas a constituir uma memória documental que registre a trajetória de seu ancestral. A doação do arquivo a uma instituição de memória, nesse contexto, funciona como garantia de preservação e publicização dessa memória, tendo seu sentido associado, de maneira geral, a um coroamento da atuação pública do titular.

A partir do ato de doação, os documentos – ou os objetos, no caso das coleções - deixam o espaço privado e passam a fazer parte do acervo da instituição que os está recebendo. Opera-se, nessa passagem, um movimento duplo: a memória do titular livra-se da condenação ao esquecimento, ao mesmo tempo em que é associada à categoria de patrimônio. Não se deve perder de vista que museus, arquivos e centros de documentação funcionam como *locus* privilegiado de avaliação do capital simbólico dos acervos que recebem, já que são instituições voltadas para a preservação daquelas memórias reconhecidas como históricas, ao mesmo tempo em que são capazes de conferir "valor histórico" aos objetos e documentos que se encontram sob sua guarda.

⁸ Ver, a esse respeito, o trabalho de Fraiz (1994), sobre a constituição do arquivo pessoal de Gustavo Capanema.

A família abre mão do capital associado à posse de peças e documentos “inéditos”, perdendo o controle sobre os usos que possam ser feitos a partir do momento em que os acervos são disponibilizados ao público. Por outro lado, com a valorização da imagem do ancestral, o capital social dos herdeiros é também maximizado. Pode ser interessante lembrar, além disso, que as doações ensejam, muitas vezes, a entrada do doador para “conselhos” ou “sociedades de amigos”, capazes de exercer influência nas decisões institucionais e, assim, manter relativo controle sobre os acervos doados, bem como de conferir prestígio aos indivíduos que neles tomam assento.

O legado material de Vargas e seus lugares de memória

A produção do legado material de Vargas foi tarefa da família. Não poderia deixar de ser dessa forma, haja vista o caráter inesperado de sua morte, ocorrida em meio a sua trajetória pública. Darei indicações breves com relação ao histórico dessa produção, de maneira a delimitar as instituições que vêm se dedicando à sua memória.

Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do ex-presidente, figura que esteve sempre ao seu lado, sua arquivista particular desde o início dos anos 1930, auxiliar-de-gabinete da Presidência da República de 1937 a 1945 e conselheira política até os últimos momentos de sua vida, foi responsável pela guarda dos documentos que acabaram por constituir o arquivo pessoal de Vargas.⁹ Alzira foi uma incansável defensora de sua obra e atuação política, tendo escrito a biografia *Getúlio Vargas, meu pai*, publicada em 1960. Em 1973, doou o arquivo para que sua filha única, Celina Vargas do Amaral Peixoto, dezenove anos após a morte do avô, criasse um centro de documentação dedicado a preservar a memória da Era Vargas e a desenvolver pesquisas acadêmicas sobre esse período da história do país.¹⁰ A Fundação Getúlio Vargas que, por sua história, se associava à figura do ex-presidente, demonstrou boa

⁹ Sobre o papel de Alzira na preservação da memória de Vargas, ver Gomes (1996). A própria Alzira acumulou um arquivo pessoal, doado ao CPDOC após sua morte, em 1992. Contatos preliminares com a documentação, que ainda não se encontra aberta à consulta, mostram que a constituição do arquivo de seu pai é tema de alguns documentos. Futuramente, esse material deverá ser objeto de análise.

¹⁰ Em depoimento para o livro *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*, organizado por Maria Celina D’Araújo, Celina fala de sua inspiração para criar o CPDOC: “Uma mistura entre a visão da universidade, ou seja, de que era necessário conhecer a realidade, e a preocupação de guardar a memória de Getúlio, herdada de minha mãe, me fez imaginar que eu poderia criar uma instituição que associasse as duas coisas.” (p.229)

vontade com relação ao projeto, acolhendo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC.

A idéia era que, a partir da doação do arquivo de Vargas e tendo à frente sua neta, o Centro conseguiria atrair arquivos de ex-ministros e colaboradores, permitindo constituir um acervo que alimentasse novas análises sobre a história recente do Brasil. Isso de fato ocorreu. O arquivo de Oswaldo Aranha foi entregue ao CPDOC quase simultaneamente ao de Vargas, sendo seguido de outros, e as pesquisas iniciadas nesses arquivos deram origem a uma produção acadêmica reconhecida nacionalmente. Essa dupla vertente – documentação e pesquisa – marcou a trajetória do Centro, dotando-o de um capital acadêmico que constituiu diferencial importante no campo das instituições de memória.

O Centro consagrou-se como instituição de especialistas na Era Vargas, além de repositório da memória do período, tanto no que diz respeito aos documentos textuais (cartas, relatórios, atas, diários, rascunhos e toda a gama de papéis que compõem os arquivos privados), quanto às imagens que esse arquivos contêm e que constituem grande parte da memória política do país. Cumprindo sua vocação original, tornou-se referência obrigatória nos estudos sobre o tema, pelas fontes de pesquisa que organizava e tornava disponíveis, por sua produção intelectual, por ensinar e comemorar¹¹ a Era Vargas, sempre com a marca da reflexão acadêmica.

Ampliando o campo de observação do cenário institucional da cidade do Rio de Janeiro, no entanto, é importante destacar outra instituição cuja imagem tem sido associada à memória de Vargas. Do ponto de vista material, da dimensão espacial de um “lugar de memória” (Nora, 1984), nenhum é mais emblemático e evocativo do que o Museu da República. De fato, o Palácio do Catete, onde desde 1960 funciona o Museu, não foi apenas o local aonde o ex-presidente despachou ao longo dos dois períodos em que chefiou a nação. Foi o local no qual Getúlio se suicidou. Com a transformação do Palácio em museu, as peças que integravam o patrimônio da sede do governo foram musealizadas (Chagas, 2003), perdendo seu valor de uso e sendo

¹¹ Para ficar apenas nas exposições realizadas pelo CPDOC, que contaram com a sua curadoria ou consultoria histórica, há que mencionar: *A Revolução de 30* (1980), *Revolução de 32, a fotografia e a política* (1982), *Getúlio Vargas, 1983* (pelo centenário de nascimento de Vargas), *Retrato de Oswaldo Aranha* (1994), *Darcy Vargas: pioneira em ação social* (1995), *60 Anos de IBGE* (1996), *Estado Novo: a construção de uma imagem* (1997), *Getúlio Vargas* (exposição permanente no Memorial Getúlio Vargas, em Volta Redonda, 1999), *Eu, Getúlio* (consultoria histórica, 1999), *Volta Redonda, uma decisão política* (exposição permanente no Memorial Getúlio Vargas, em Volta Redonda, 2001) e as mais recentes, relativas ao cinquentenário do suicídio, *Getúlio – Presidente do Brasil* (curadoria, no Museu da República) e *Getúlio e o Rio* (curadoria iconográfica, no Memorial Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro).

dotadas de um valor simbólico que as associa à história do país. O quarto onde Getúlio se matou ganhou lugar de destaque na narrativa que toma o museu e seu acervo como guia dos acontecimentos republicanos, e tem merecido tratamento diferencial nas exposições sobre Getúlio montadas nas suas dependências.

O acervo referente a Vargas foi bastante enriquecido quando, em 1999, sua neta doou ao Museu cerca de dois mil objetos que pertenceram ao avô. Essa doação revestiu-se de um sentido de “devolução” ao espaço público de objetos que, com o final trágico do mandato, em 1954, haviam sido retirados do palácio e guardados em poder de sua mãe, Alzira. Entre esses objetos estavam o revólver com o qual Getúlio se suicidara, chapéus, centenas de comendas e outras peças. A motivação para a doação esteve também associada à montagem da exposição *Eu, Getúlio*, inaugurada no final de 1999, utilizando muitas peças recém doadas. Como contrapartida, o museu firmou o compromisso de expor as peças permanentemente, exigência que constitui uma das cláusulas do contrato que formalizou a doação¹², assumindo o legado como tarefa constante.

Quem comemora o quê e como

Nove meses antes da data em que seria comemorado o suicídio de Vargas, o diretor do Museu da República, empossado no cargo há menos de um ano, esteve no CPDOC para expor as idéias para o cinquentenário e convidar o Centro a associar-se na realização dos eventos. Os planos do Museu eram bastante amplos, incluindo diversas atividades de caráter cultural, com as quais pretendia capitanear as comemorações e atrair o grande público.¹³ Nada mais apropriado, em se tratando do cinquentenário do suicídio, para o qual contava com o capital de “lugar de memória” do acontecimento, com seu acervo e com capacidade de alavancar verbas que viabilizassem o projeto.

Cada tipo de comemoração implica na mobilização de determinados recursos. Para os seminários e a grande exposição que o Museu planejava realizar era importante contar com especialistas em Era Vargas, com as imagens do acervo do CPDOC e,

¹² Para uma análise das exigências em torno de uma doação ver Abreu (1996), sobre a doação da Coleção Miguel Calmon ao Museu Histórico Nacional.

¹³ A divulgação dos eventos chegou a contar com um outdoor no qual aparece uma imagem de Vargas e o texto *Getúlio 50 anos depois - exposição, sarau, teatro, seminários, memória*. Não deixa de ser

fundamentalmente, com o reconhecimento acadêmico que o Centro agrega aos eventos que contam com a sua chancela. Para o CPDOC, por seu turno, era importante participar das comemorações, dar visibilidade ao seu acervo e às suas competências, reafirmando assim o seu capital institucional.

Um mês após o contato inicial, em dezembro de 2003, o Centro apresentou um projeto para essa parceria, delineando o perfil da exposição e de um seminário e propondo a produção de um cd-rom, que acabou não se concretizando. Várias reuniões ocorreram, a partir de então, com as equipes das duas instituições. Em junho de 2004 houve a definição final, por parte do Museu, das salas que seriam usadas para a mostra e das atribuições de cada um: o Centro deveria assumir a curadoria da exposição, cuja coordenação geral e design ficariam com o Museu.

O enfoque da exposição definiu-se em torno do eixo “Vargas estadista”. Para relembrar a morte do ex-presidente, seria reproduzida a narrativa que consagrou sua trajetória de homem público; sua história de vida seria contada, mais uma vez, a partir dos marcos que conformaram sua biografia política, uma biografia cujo epílogo vai além de morte, até o legado. Como aponta Abreu (1994), as histórias de vida constituem os alicerces que estruturam os rituais de evocação dos mortos. Lembrar um morto é discorrer sobre seus feitos de maneira coerente e conseqüente. Além disso, e especialmente quando ao personagem associa-se a dimensão do legado, é produzir uma exemplaridade, marcando o caráter singular e notável da trajetória.

A exposição contou ainda com a parceria do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Aperj, e sua inserção no projeto ilumina alguns aspectos das disputas que operam no campo, bem como dos diferentes tipos de capitais com os quais os agentes se municiam para enfrentá-las. O Aperj, por ser depositário do acervo do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, foi convidado a colaborar em uma “curadoria participativa”, segundo o convite do Museu. Como o contato do Museu com o Arquivo foi realizado em data posterior ao início do trabalho pelo CPDOC, este já havia elaborado o roteiro da exposição quando o Arquivo começou a participar das reuniões e não concordou em dividir a curadoria que lhe havia sido acenada há muito meses e na qual já vinha trabalhando. O Arquivo, por sua vez, não aceitou figurar, apenas, como cedente de acervo para a exposição. O resultado final do embate foi a montagem da exposição *Vargas – A história nos arquivos da polícia política*, pelo Aperj, utilizando

interessante ver a “memória” figurar no convite ao grande público, em último lugar, como um “evento” à parte e não como a dimensão que informa os eventos.

material do seu acervo e ocupando uma sala do terceiro andar do Museu, separada da exposição *Getúlio, Presidente do Brasil*, que ocupa sete salas no térreo. Nesta, existe um módulo sobre Tensões e Crises aonde a questão da repressão às ações comunista e integralista está presente, mas a temática está diluída em um discurso mais amplo sobre a atuação e o perfil do estadista. Na primeira, a ação repressiva é o foco. Uma disputa por espaço e visibilidade institucional ganhou, assim, o aspecto de uma divergência histórica. Na exposição montada pelo Aperj, o valor histórico das imagens que integram o arquivo da polícia política é destacado, apontando para a relevância do acervo e, por extensão, para a importância da instituição na qual está depositado.

A inauguração da exposição¹⁴ ocorreu no dia 24, em uma cerimônia informal, que evocou o caráter popular de Vargas. Contou com integrantes de uma bateria de escola de samba, com músicos populares e sambistas conhecidos, como Nelson Sargento e Áurea Martins, que lembraram os sambas que animaram as campanhas getulistas. A banda dos Fuzileiros Navais executou o hino nacional e o texto da carta-testamento ganhou uma versão musicada, entoada por um sambista. Fizeram breves pronunciamentos o representante do ministro da Cultura, os representantes das instituições financiadoras (Petrobras, IRB-Brasil Resseguros S/A e Casa da Moeda)¹⁵, a neta de Vargas, a diretora do CPDOC e o diretor do Museu da República. Na ocasião, foram lançadas moedas e um selo comemorativos pelo cinquentenário. Crianças com uniformes escolares foram convidadas a entrar em primeiro lugar para visitar a exposição, seguindo uma tradição do ex-presidente, segundo palavras do diretor do Museu.

Mais surpreendente, porém, do que a complexa e nem sempre harmoniosa parceria entre instituições congêneres, que muitas vezes disputam recursos, rivalizam em acervo e prestígio e, também, em várias ocasiões, se unem em torno de causas e interesses comuns, foi ver surgir um agente novo nesse campo, empunhando a bandeira do legado de Vargas e propondo erigir um novo espaço dedicado a sua memória. Refiro-me à iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro de criar o Memorial Getúlio

¹⁴ Ainda que existam duas exposições, com títulos, conteúdo e programação visual distintos, todas as menções ao evento, inclusive o convite, referem-se a uma exposição - *Getúlio – Presidente do Brasil* -, indicando que a subdivisão resultou de uma incompatibilidade imprevista, não aclarada ao nível do discurso.

¹⁵ A presença dessas instituições não é fortuita e deverá ser objeto de análise. Que vínculos históricos elas mantêm com a memória de Vargas? Que interesse têm em atualizá-los? A que memória de Vargas elas remetem?

Vargas, na Praça Luiz de Camões, na Glória, a menos de um quilômetro do Museu da República.

Um dado interessante diz respeito ao projeto do memorial. Em 1984, o arquiteto Henock de Almeida ganhou um concurso organizado pelo então governador Leonel Brizola para criar um monumento em homenagem a Vargas no aniversário de 30 anos do suicídio. O memorial acabou não saindo do papel porque a Praça Mahatma Gandhi, local escolhido para sua instalação, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan pouco antes do início das obras. Nas primeiras semanas de 2004, o Memorial da Prefeitura começou a ser anunciado nos jornais e, desde então, enfrentou a rejeição dos moradores da área, que organizaram abaixo-assinados e penduraram faixas de protesto nos prédios próximos. Eles criticavam a utilização dos recursos - estimados inicialmente em 4 milhões de reais, mas avaliados em 5,9 milhões ao final da obra - para esse fim, alegavam que não haviam sido consultados e que a obra feria uma lei federal de patrimônio, já que havia bens tombados na praça. Usavam, assim, argumento semelhante ao que evitara a construção nos anos 1980, recorrendo ao próprio discurso de valorização da memória e do patrimônio - utilizado pelos defensores do Memorial -, para resguardar interesses locais. O Iphan chegou a ser acionado e a obra foi embargada no final de janeiro, sendo liberada quando as exigências do órgão com relação à altura máxima e ao acompanhamento arqueológico das escavações foram atendidas.¹⁶

A justificativa para a construção do Memorial, que está vinculado à Secretaria Municipal das Culturas, era prestar uma homenagem a Vargas no aniversário dos cinquenta anos de sua morte e valorizar a memória da relação do ex-presidente com o Rio de Janeiro. Chama atenção a força da idéia do legado de Vargas, capaz, hoje como há vinte anos, de despertar o interesse do poder público e mobilizar vultosos recursos para a construção de um monumento cuja justificativa é preservar e divulgar a sua memória. Tal interesse, evidentemente, prende-se à percepção da popularidade do homenageado, ao cálculo do capital simbólico e político que a memória de Vargas é capaz de agregar à imagem do homem público que a ela se associa.

¹⁶ As informações constantes nesse parágrafo foram retiradas de diversas matérias publicadas no jornal *O Globo*, ao longo do mês de agosto de 2004. Uma questão interessante, a ser pesquisada, diz respeito ao arquivamento do projeto, nos anos 1980, e às razões pelas quais o memorial não foi transferido para outro lugar. Além disso, o papel do Iphan, que bloqueou a construção à época e agora a autorizou, também mereceria ser objeto de análise.

No caso de Brizola que, empunhando a bandeira do trabalhismo, funda o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1980 - após perder a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para Ivete Vargas -, e, dois anos depois, vence as eleições ao governo do Rio de Janeiro, a construção de um memorial em homenagem a Vargas pode ser entendida dentro da lógica de consolidação de uma herança política que, com a morte de João Goulart, parecia não ter maior legatário. Decorridos vinte anos, em outro contexto político, a construção do Memorial por César Maia, eleito para a Prefeitura pelo PFL e candidato à reeleição em 2004¹⁷, não remete à herança do legado político de Vargas, mas à economia política associada à herança da sua memória. Para Brizola, a associação ao legado de Vargas era direta, substantiva. Para César Maia, ela é mediada pela exemplaridade do seu legado no cenário político nacional.

Merecem destaque na análise as negociações para “preencher” o memorial, cujo projeto previa uma área de exposição de cerca de 1.200 m². Para dotá-lo do sentido pretendido pelos seus ideólogos, para que fosse mais do que o busto de três metros, em bronze, e mais do que um espaço cultural, com cinema, cafeteria e loja, era necessário recorrer a instituições e especialistas capazes de conferir legitimidade histórica ao empreendimento. Era necessário, fundamentalmente, dotá-lo de imagens, documentos e objetos capazes de transformar aquele espaço recém construído em um “lugar de memória” para Vargas.

Como a Prefeitura não dispunha de acervo, entrou em contato com o Museu da República visando ao empréstimo de peças e, como pretendia montar uma exposição permanente, entrou em contato com o CPDOC para negociar o uso de imagens do arquivo. Na ocasião, foi destacado o interesse em imagens “inéditas” ou, caso não fosse possível, a “exclusividade” no uso das imagens a serem selecionadas, o que indica a preocupação em diferenciar o Memorial no contexto dos eventos dedicados ao cinquentenário. Nesse movimento, está em jogo o investimento na produção de um perfil próprio, singular, capaz de inserir o novo espaço em um campo bastante mapeado e disputado.

Uma matéria veiculada no jornal *O Globo*, de 13/04/2004, cujo título era “Memorial de Getúlio enfrenta falta de acervo”, expôs o problema de maneira bastante

¹⁷ César Maia iniciou sua vida pública ao lado de Brizola, no primeiro mandato do ex-governador (1983-1987), como secretário de Fazenda do estado do Rio de Janeiro. Em 1986 e 1990, elegeu-se deputado federal pelo PDT. Em 1991, ingressou no PMDB, sendo eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Em 1998, candidatou-se ao governo do estado, já pelo PFL, tendo sido derrotado. Nessa mesma eleição

direta, mencionando o embate que se teria estabelecido entre o Memorial e o Museu da República, que estava programando uma grande exposição e não estaria querendo ceder peças importantes de seu acervo. A matéria menciona a mediação de Celina Vargas do Amaral Peixoto, que estaria acompanhando as negociações e funcionaria como “uma espécie de bombeiro”. Na matéria, a neta de Vargas declara acreditar que haveria cooperação para a criação do Memorial, já que parte do acervo que ela havia doado ao Museu da República não era exposta e que o CPDOC, por sua vez, era depositário de um vasto acervo, que incluía 103 álbuns. Essa postura reforça a idéia de que a doação não significa, necessariamente, um distanciamento completo com relação aos bens doados. Dependendo do investimento pessoal dos herdeiros na manutenção desse vínculo e do seu capital político, existe espaço para manter alguma ascendência sobre os acervos. Na matéria, Celina afirmava que a memória e o interesse público deveriam prevalecer sobre quaisquer disputas, já que o material seria suficiente para compor os acervos das três instituições. A matéria trazia ainda declaração do secretário das Culturas, que também batia na tecla da importância dos acervos estarem disponíveis, sugerindo que o Memorial teria como prioridade a divulgação e o acesso da população às informações.

Vale a pena chamar atenção para a presença da neta de Vargas nas iniciativas relacionadas ao cinquentenário do suicídio, uma presença que, para além dos laços de sangue, remete ao papel que assumiu, desde a morte da mãe, de guardiã da memória do avô.¹⁸ Celina participou das negociações relativas ao projeto do Museu da República, inclusive buscando o apoio de agências financiadoras, da mesma forma que apoiou a construção do Memorial. De maneira discreta¹⁹, atuou como mediadora, usando o seu capital de herdeira para manter acesa a chama de sua herança. Uma herança que existe enquanto for objeto de investigação e comemorações.

Celina Vargas do Amaral Peixoto candidatou-se a deputada federal, também sem sucesso. Nas eleições de 2000, César Maia, pelo PFL, conseguiu seu segundo mandato à Prefeitura do Rio.

¹⁸ Vale a pena mencionar que a carta manuscrita que Getúlio teria escrito antes do suicídio encontra-se ainda em seu poder. Recentemente, uma nota na imprensa dizia que o original seria doado ao Memorial, o que motivou pesquisadores do CPDOC a entrarem em contato com ela, argumentando que o documento deveria integrar o arquivo de Getúlio, onde existe uma cópia xerox dessa carta, doada por ela própria anos após a doação do arquivo. Celina, no entanto, desmentiu o conteúdo da nota e manifestou a intenção de ficar com a carta.

¹⁹ No cinquentenário, Celina não participou de seminários nem escreveu em jornais e revistas. Foi ouvida para o documentário *Getúlio Vargas 50 anos*, veiculado pela Globo News em 18/08/2004. Em suas declarações, refere-se ao avô como um “ser complexo, complicado e surpreendente” e sobre o qual “ainda há coisas a descobrir...”.

A inauguração oficial do Memorial Getúlio Vargas ocorreu no dia 23 e a abertura da exposição, que contou com a curadoria geral de um renomado historiador e a curadoria iconográfica do CPDOC, no dia seguinte. Como César Maia é candidato à reeleição, só poderia estar presente caso a obra tivesse sido entregue à população, já que a lei eleitoral impede que participe de inaugurações. No dia 24 houve uma missa ecumênica e a visita à exposição, na qual o prefeito esteve ao lado de Celina Vargas do Amaral Peixoto e do judoca Flávio Canto, medalha de bronze nas Olimpíadas, que tem atuado na campanha de César Maia.²⁰

Nessa cerimônia, como na que ocorreu no Museu da República, o legado de Vargas é sempre lembrado e a importância de sua preservação e conhecimento para a história do Brasil é lugar comum nos discursos e textos que apresentam os eventos e produtos comemorativos. Nesse trabalho, que sugere um campo de investigação – o da produção social da memória por meio da mobilização da noção de *legado* histórico – busquei identificar elementos que tenham contribuído, ao longo do tempo, para a construção da ideia de um legado de Vargas e apontar o papel das instituições de memória na sua configuração. As instituições citadas não são as únicas a dedicar-se à memória de Vargas, nem atuam exclusiva, ou até prioritariamente, sobre esse tema. Apenas, por ocasião do cinquentenário e no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, se apresentaram ou foram chamadas a participar das comemorações, revelando o lugar que ocupam e o capital diferenciado que lhes é reconhecido e que se atribuem.

Busquei chamar atenção para o fato de que as ações que tomam o legado como justificativa o reproduzem. Nesse movimento, promovem o conhecimento histórico, difundem acervos, aproximam o público de parcelas importantes da história do país, numa ação em que os legados ganham novas roupagens e tratamentos, ao mesmo tempo em que mantêm-se e ganham fôlego, preservando-se a si mesmos e aos agentes que a eles se associam, cujo capital social será tanto mais valorizado quanto maior a importância e atualidade do legado.

²⁰ Ver matéria em www.cesarmaia25.can.br/imprensa/noticias

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina. 1994. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n.14, p. 205-230.
- _____. 1996. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro, Lapa/Rocco.
- GOMES, Ângela de Castro. 1996. A guardiã da memória. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 9(1-2): 17-30, jan./dez.
- CHAGAS, Mário. 2003. Memória política e política da memória. In: Abreu, Regina e Chagas, Mário (Orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A.
- FRAIZ, Priscila Moraes Varella. 1994. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro, [s.n.]. 199f. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. Instituto de Letras.
- HEYMANN, Luciana Quillet. 1997. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p.41-66.
- NORA, Pierre. 1984. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: _____. (Ed.) *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, v.1.
- VARGAS, Getúlio. 1995. *Getúlio Vargas: Diário*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.